

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: organizações, inovações e sustentabilidade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-557-0

DOI 10.22533/at.ed.570201911

1. Ciências Sociais. 2. Organizações. 3. Inovações. 4. Sustentabilidade. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, inovações e sustentabilidade”, são ao todo trinta e seis artigos dispostos em dois volumes.

As pesquisas apresentadas congregam esforços de análises e reflexões relevantes sobre a sociedade contemporânea, especialmente no que se refere as relações conflituosas entre inovação e sustentabilidade e a busca de estratégias para resolução destes conflitos.

Os artigos que compõem o volume 1 possibilitam ao leitor o acesso pesquisas relacionadas às políticas públicas, relações políticas, questões de gênero, capital, renda e processos organizacionais. Os temas são abordados a partir de categorias de análise relevantes para a compreensão das relações que permeiam a sociedade brasileira, como a cordialidade, o patrimonialismo e a representatividade.

Ainda no volume 1, destaca-se que os temas são tratados de forma a considerar a importância e impactos da democracia ou da fragilidade desta diante da falta de representatividade, possibilidades de participação e tomada de decisão. Sendo considerado nestes aspectos as disputas de classe e reconhecendo-se os impactos diretos para as questões de gênero, raciais, de acessibilidade, mobilidade e exclusão financeira.

As pesquisas apresentadas no volume 2 do e-book estão vinculadas a duas temáticas centrais, o primeiro é sustentabilidade e meio ambiente, com estudos que tratam sobre a relação da temática com a produção do lixo, o consumo, práticas sustentáveis, processos participativos, tomadas de decisão e comunidades tradicionais. Por outro viés, a temática sustentabilidade e meio ambiente é também analisada a partir da responsabilidade social diante das problemáticas apresentadas pelo agronegócio e sistema empresarial e impactos destes para o meio ambiente.

Para finalizar, são apresentados artigos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre inovação e sustentabilidade em processos educacionais através do uso de bibliotecas, contações de histórias, alfabetização digital e funções de linguagem.

Com temática contemporânea e imprescindível para as relações estabelecidas nos diferentes aspectos da vida social, espera-se com os artigos apresentados contribuir para o reconhecimento de desafios e estratégias construídas coletivamente, bem como, para novas análises da temática e com diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA DEPENDE DO SEU CONSUMO E DA ORGANIZAÇÃO DO LIXO QUE VOCÊ PRODUZ

Luciene Cristina de Assis

Elivania Cristina de Assis Ananias

DOI 10.22533/at.ed.5702019111

CAPÍTULO 2..... 6

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SHOPPING RIOMAR EM FORTALEZA/CE

Inácio Ferreira Façanha Neto

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

DOI 10.22533/at.ed.5702019112

CAPÍTULO 3..... 21

TERRITÓRIO DE MATEIRO: PERSPECTIVA ETNOECOLÓGICA A PARTIR DA PAISAGEM REINVENTADA NO PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO/RJ

Alessandro Melo Rifan

DOI 10.22533/at.ed.5702019113

CAPÍTULO 4..... 34

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E CONSENSUALIDADE: UMA REFLEXÃO EM PROL DO CONSENSO E EM BUSCA POR DIMENSÕES METACRÍTICAS

Laone Lago

DOI 10.22533/at.ed.5702019114

CAPÍTULO 5..... 48

CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO ICMBIO

Cristiane Ramscheid Figueiredo

Camilla Helena da Silva

Fernanda de Barros Boaventura

Beatriz Nascimento Gomes

Maria Vilani Lopes Lima

Lucia Helena de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5702019115

CAPÍTULO 6..... 62

APONTAMENTOS PARA A ELABORACAO DE UMA POLITICA SOCIOAMBIENTAL PARA AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO ALTO RIO TROMBETAS E EM SEU ENTORNO

Wilson Madeira Filho

Ana Maria Motta Ribeiro

Alba Simon

Leonardo Alejandro Gomide Alcântara

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Wagner de Oliveira Rodrigues

Carolina Weiler Thibes
Rogério Geraldo Rocco
Marcelino Conti de Souza

DOI 10.22533/at.ed.5702019116

CAPÍTULO 7..... 80

INTERAÇÕES FLORESTAIS E HÍDRICAS: A POSSIBILIDADE DE DESPOLUIÇÃO DO LAGO GUAÍBA

Francine Cansi
Carlos Cini Marchionatti
Liton Lanes Pilau Sobrinho

DOI 10.22533/at.ed.5702019117

CAPÍTULO 8..... 94

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DA EMPRESA SAMARCO

Cristina Maria Pereira Rosa Gonçalves
Daniela Araújo dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.5702019118

CAPÍTULO 9..... 111

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM FOCO NA INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DA ASSOCIAÇÃO NOVO HORIZONTE EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS

Fernanda dos Santos Trindade
Altacir Bunde

DOI 10.22533/at.ed.5702019119

CAPÍTULO 10..... 126

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS PROMOVIDAS PELOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE: IMPLICAÇÕES DIRETAS NO AGRONEGÓCIO

João Gabriel Lima Costa
Carolina Merida

DOI 10.22533/at.ed.57020191110

CAPÍTULO 11..... 133

POLÍTICA PÚBLICA E CONFLITOS: DELINEANDO DISTINTAS PERSPECTIVAS NAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS APAS DE MUNICÍPIO DA BAIXADA FLUMINENSE

Tamirez Dornelles Pires Grammatikopoulos
Maria Gracinda Carvalho Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.57020191111

CAPÍTULO 12..... 150

ÉTICA E INTEGRIDADE EMPRESARIAL EM DISCUSSÃO: O PACTO CONTRA A CORRUPÇÃO DO INSTITUTO ETHOS COMO ESTRATÉGIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Maria Ivete Trevisan Fossá
Amanda Frick

DOI 10.22533/at.ed.57020191112

CAPÍTULO 13..... 161

PARA ALÉM DAS ESTANTES: RETRATO DO PROJETO BIBLIOTERAPIA: DOUTORES DA LEITURA DO COLÉGIO OBJETIVO EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

David Vernon Vieira

Maria Daiane de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.57020191113

CAPÍTULO 14..... 169

O ENCANTO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E A MEDIAÇÃO DO CHÃO DE LETRAS

Elizeti Terezinha Caser Rocha

Neusa Christina Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.57020191114

CAPÍTULO 15..... 173

A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E O PAPEL SOCIAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA: RELATO DO CURSO DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL PARA MULHERES NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Lara Vitória Pinto Espíndola

Aline da Silva Moreira

DOI15 10.22533/at.ed.570201915

CAPÍTULO 16..... 179

A DOCÊNCIA E OS DILEMAS DO ESTRESSE OCUPACIONAL: ESTUDO COM PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA

Magda de Sá Nunes

Luciano Zille Pereira

DOI 10.22533/at.ed.57020191116

CAPÍTULO 17..... 201

ANÁLISIS DE LA GENERACIÓN DE CONOCIMIENTO Y DESARROLLO TECNOLÓGICO POR LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR (IES) E IMPACTO EN LA CULTURA ORGANIZACIONAL DE PYMES DE SONORA, MÉXICO

Paula C. Isiordia-Lachica

Ricardo A. Rodríguez Carvajal

Jorge A. Romero Hidalgo

DOI 10.22533/at.ed.57020191117

CAPÍTULO 18..... 224

A BIOLOGIA DO CONHECIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

Jesús Edelberto Estrada García

DOI 10.22533/at.ed.57020191118

CAPÍTULO 19..... 239

AS FUNÇÕES DE LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO LIVRO POP-UP

Veronica Soares dos Santos

Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima

DOI 10.22533/at.ed.57020191119

SOBRE A ORGANIZADORA.....	252
ÍNDICE REMISSIVO.....	253

CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO PARTICIPATIVA NO ICMBIO

Data de aceite: 01/11/2020

Cristiane Ramscheid Figueiredo

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade – ICMBio

Camilla Helena da Silva

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade – ICMBio

Fernanda de Barros Boaventura

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade – ICMBio

Beatriz Nascimento Gomes

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade – ICMBio

Maria Vilani Lopes Lima

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade – ICMBio

Lucia Helena de Oliveira

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade – ICMBio

RESUMO: No ICMBio a gestão participativa tem como objetivo principal promover espaços institucionais formais que fomentem o envolvimento qualificado da sociedade na gestão das Unidades de Conservação e na conservação da biodiversidade. O envolvimento da sociedade sendo promovido de forma crítica resulta em participação social. O Conselho gestor de unidade de conservação é um espaço institucional de diálogo, discussão de proposições, negociação

e priorização, propiciando o estabelecimento da gestão participativa e democrática em diferentes níveis com grupos sociais interessados e diretamente afetados pela existência das unidades de conservação. A criação destas instâncias de participação formalizadas foi prioridade nos primeiros anos do ICMBio, sendo indicador institucional até maio de 2017. Em outubro deste mesmo ano, foram criados 281 conselhos gestores e após atingir 86% das unidades de conservação com conselhos, o desafio é a qualificação destes espaços, aprimorando seu funcionamento. Este artigo apresenta uma sistematização de conhecimentos adquiridos com a implementação desses fóruns de participação social até neste momento e avalia os seus benefícios para a gestão das áreas protegidas da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Participativa, Conselho, Unidade de Conservação, Participação Social.

1 | INTRODUÇÃO

O conceito de participação social é relativamente novo para os brasileiros: surgiu enquanto teoria na década de 80 foi institucionalizado na Constituição Federal de 1988 e vem sendo aplicado, com maior ou menor grau de sucesso, em várias instâncias e organizações por todo o País. Entre as previsões legais colocadas para a gestão de unidades de conservação, está a necessidade de se fazer gestão com a participação da sociedade (WWF-Brasil, 2016).

Participação social é um termo explorado nas mais variadas disciplinas e que agrega múltiplas perspectivas. Abrange desde ferramentas metodológicas até filosofias políticas, sendo utilizado para se referir a uma variedade de escalas de interação social e política e invocado para dar apoio a posições políticas e éticas diversas (MCGEE, 2003). Como resultado, verifica-se uma gama diversa de abordagens e significados, que devem ser claramente delimitados de modo a qualificar a discussão (CALANDINO, 2016). A maioria delas, no entanto, possui, como denominador comum, o próprio sentido etimológico da palavra (do latim *participatio, participacionis, participatum*) – que significa tomar parte em compartilhar, associar-se por sentimento ou pensamento. Do ponto de vista conceitual, há diferentes concepções sobre participação social. Em última análise, a variação entre estas concepções está relacionada ao grau de envolvimento, de pluralismo e de poder do conjunto de participantes em espaços de discussão e deliberação (WWF-Brasil, 2016).

Diversos autores qualificam o processo participativo recorrendo à categorização da participação segundo sua intensidade e/ou finalidade, ou outros padrões de ramificação (ARNSTEIN, 1969; AGARWAL, 2001; PERUZZO, 2002; MILANI, 2008), defendendo que não existe apenas uma forma de participação. Sinteticamente, as diferenças concentram-se, na sua maioria, na intensidade com que a voz ou controle dos participantes são incorporados (CALANDINO, 2016). Para auxiliar na análise dessa temática repleta de nuances, ARNSTEIN (2002), propõe uma “escada da participação cidadã”, com oito degraus, que inicia em um nível de não-participação (manipulação) até alcançar o degrau do controle cidadão, que seria a total delegação de poder à sociedade organizada (MENDONÇA & TALBOT, 2014).

A ideia de participação também está associada à cidadania. Isso inclui a participação ativa no processo público, que pode ser entendida como as responsabilidades da cidadania, e nos aspectos simbólicos e éticos apoiados em fatores subjetivos, que conferem sentido de identidade e de pertencimento, ou seja, um sentido de comunidade (BENEVIDES, 1991). Portanto, para um indivíduo tornar-se um cidadão, deve possuir um sentimento de pertencimento a uma comunidade, na qual tem função e papel específico dentro da coletividade, mantendo sua própria subjetividade. Deve ser resgatada esta consciência de que se têm direitos, e de que se pode e se deve lutar por eles (JELIN, 1994) (*appud* WWF-Brasil, 2016).

A participação da sociedade na preservação e conservação dos recursos naturais, ao que parece e respeitando os diversos significados que a palavra participação pode ter, vem sendo amplamente aceita como uma estratégia adequada e efetiva para assegurar a preservação e conservação da natureza. Esta estratégia já possui um arcabouço legal que a legitima, não restando dúvidas da sua importância para a gestão ambiental pública. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), frutos da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), são

alguns exemplos do amparo legal que essa estratégia conquistou (MENDONÇA & TALBOT, 2014).

No Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade a Gestão Socioambiental é o processo responsável em promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa no contexto regional, estadual e nacional, baseada na participação social, no diálogo interinstitucional e no desenvolvimento e institucionalização de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade.

A gestão participativa é uma das estratégias institucionais para a implementação da gestão socioambiental e tem como objetivo principal promover espaços institucionais formais que fomentem o envolvimento qualificado da sociedade na gestão das Unidades de Conservação Federais e na conservação da biodiversidade.

CALANDINO (2016) em seus estudos constatou haver relação de causa e efeito entre o aumento da participação social nas unidades de conservação federais da Amazônia e o desmatamento. Na medida em que a participação social foi trabalhada mais intensamente houve uma tendência de redução do desmatamento no interior dessas UC, permitindo estabelecer uma relação causal entre participação social e controle do desmatamento.

O envolvimento da sociedade sendo promovido de forma crítica resulta em participação social, objetivo maior almejado na gestão participativa. Tanto a gestão do Conselho e também do voluntariado possibilita a criação de espaços de diálogo, discussão de proposições, negociação e priorização, propiciando o estabelecimento da gestão participativa e democrática em diferentes níveis com grupos sociais interessados e diretamente afetados. Uma vez engajada, a sociedade atua como aliada na gestão da UC contribuindo com o aumento de sua efetividade (CALANDINO, 2016).

No âmbito interno do Instituto diferentes processos finalísticos (licenciamento, criação de unidade de conservação, plano de manejo, monitoramento da biodiversidade, uso público, como exemplos) adotaram metodologias participativas para sua implementação, sendo alguns processos por obrigações legais, já outros por opção técnica (MENDONÇA & TALBOT, 2014).

Até o ano de 2016 a gestão participativa estava ancorada nas diretrizes e normas para a formação, implementação e fortalecimento dos Conselhos das Unidades de Conservação, quando, através de um mapeamento institucional para identificar melhor lócus para o programa de voluntariado do ICMBio, identificou-se que a abordagem da gestão participativa através da perspectiva do envolvimento e da participação social agregaria em qualidade ao voluntariado institucional. Outro ponto importante para a compreensão do programa de voluntariado como ferramenta de gestão participativa é ser esta estratégia transversal aos diversos processos institucionais (por exemplo: manejo para conservação; políticas públicas para população tradicional; consolidação territorial; uso público e negócios; criação, planejamento e avaliação de unidades de conservação; proteção).

Assim sendo, em maio de 2016 o voluntariado passou a ser gerido com a abordagem da gestão socioambiental e participativa, passando por uma reestruturação, tendo como propósito “Promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição”.

Este trabalho tem como objetivo apresentar em formato de relatório de gestão a atual situação dos Conselhos de Unidades de Conservação Federais, além de orientações e estratégias para qualificar o funcionamento destes fóruns para atuarem na conservação da sociobiodiversidade brasileira.

2 | OS CONSELHOS DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM OUTUBRO DE 2017

A Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA) é o lócus do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) responsável em promover, coordenar e apoiar técnica e operacionalmente a criação, o funcionamento e a capacitação dos Conselhos Gestores de unidades de conservação.

As informações aqui apresentadas representam a consolidação no âmbito do trabalho de gestão dos Conselhos ao longo dos dez anos de criação do ICMBio.

Em 2017 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade atua em trezentas e vinte e quatro (324) unidades de conservação federais, quinze (15) Centros de Pesquisa e Conservação e 11 (onze) Coordenações Regionais (Figura 1), perfazendo a gestão de cerca de nove por cento (9%) do território nacional (78.895,688 hectares em áreas protegidas) (QView ICMBio, 2017).

Em 2017 foi atingida a marca de mais de 86% ou 281 Unidades de Conservação Federais com conselhos criados. Informações detalhadas sobre o histórico de criação, distribuição geográfica e por categorias dos 281 Conselhos encontram-se apresentados na Figura 1.

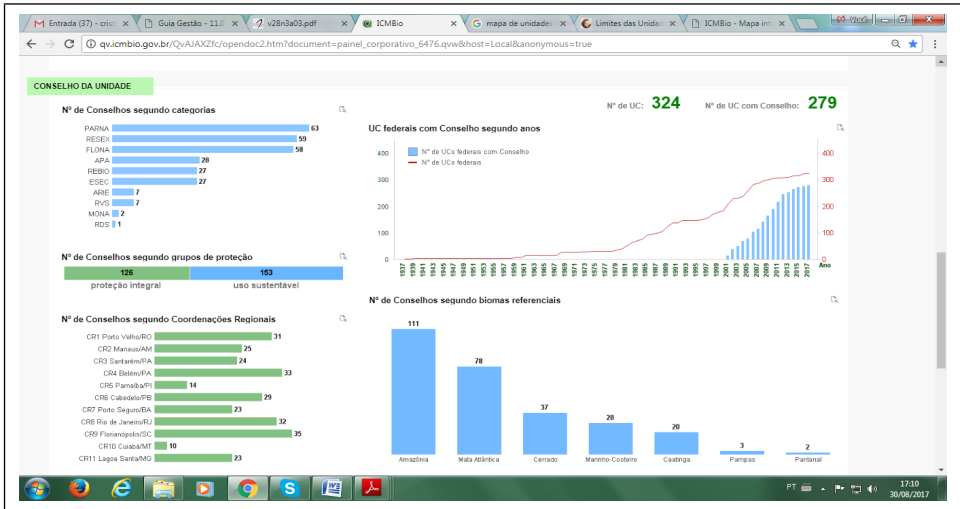


Figura 1 - Informações detalhadas sobre histórico de criação, distribuição geográfica e por categorias dos 279 Conselhos (Fonte: <http://qv.icmbio.gov.br/> acessado em 05/09/2017).

O Conselho é o principal fórum de participação social na gestão das Unidades de Conservação. É a instância formal de relação entre as Unidades de Conservação e a sociedade, cuja função é constituir um fórum democrático de diálogo, gestão de conflito, estabelecimento e consolidação de parcerias, valorização, participação e controle social das Unidades de Conservação (UC).

Os Conselhos de Unidades de Conservação são formalmente constituídos e vinculados à estrutura de gestão da UC. A Lei do SNUC estabelece que as Unidades de Conservação sejam administradas em conjunto com os seus Conselhos gestores, proporcionando maior interação e participação da sociedade (ICMBio, 2015).

A criação de Conselhos foi considerada prioridade para o ICMBio desde 2011 até maio de 2017, representada pela presença do indicador institucional de desempenho denominado “Percentual cumulativo de UC federais com conselhos gestores criados” (Portaria ICMBio nº 53, de 08/08/2016). Após atingir 86% das unidades de conservação com Conselhos criados, observa-se que grande parte das Unidades que ainda não possuem conselho são aquelas criadas recentemente ou são Unidades que possuem dificuldade ou complexidade de gestão que impossibilitam ações estruturadas para a criação deste fórum.

Desta forma, após considerado superado o passivo de criação dos Conselhos, o atual desafio de gestão do ICMBio é a qualificação do seu funcionamento e monitoramento da sua efetividade.

A seguir este trabalho traz orientações e estratégias para qualificar o funcionamento dos principais fóruns de participação social das Unidades de Conservação: os Conselhos.

2.1 A composição do Conselho

A lógica dos conselhos com representação por setores foi implementada pela Instrução Normativa ICMBio N°09/2014. Esta é uma abordagem que com base na leitura do território, com a identificação da diversidade de usos existentes e dos setores que representam e regulam esses usos. Este diagnóstico é que subsidia a análise da composição do Conselho tanto para identificar a representação de órgãos de governos quanto da sociedade civil.

A representação no Conselho por setores possibilita uma melhor representatividade, pois o conselheiro representa não só a sua instituição, como também o setor. Porém, a representatividade de uma cadeira no conselho ampliada para o setor não é uma situação que se estabelece com facilidade, pois necessita de uma articulação com os atores do setor.

A representatividade dentro de uma arena democrática exige qualificações específicas para garantir a composição legítima, a participação equilibrada e paritária (WWF, 2015). Assim, a representatividade tem o potencial de alavancar o processo de participação sociopolítica, mas também pode estagnar o sentimento de pertencer de outros, se monopolizado por indivíduos que não representem, de fato, as comunidades que os indicaram/elegeram (GOHN, 2011). Se representativos, os conselhos poderão alterar progressivamente a natureza do poder local (GOHN, op cit).

Para o estabelecimento de um conselho representativo, é necessário que se realize uma leitura geopolítica da região junto a atores chaves, de preferência com o próprio conselho, nos casos de modificação e adequação das portarias anteriores à IN 09/2014. Deve-se levar em conta na definição da composição do Conselho a paridade entre poder público e sociedade civil, bem como o equilíbrio na representação dos diferentes interesses de cada setor (ICMBio, 2015).

Como exemplo podemos imaginar um importante parque nacional onde o setor de turismo necessita ser representado no Conselho, porém este tema não deve monopolizar sua pauta. Pois a gestão de um parque nacional envolve outras diversas demandas e agendas. Sendo necessário, desta forma, trabalhar o equilíbrio das representações e forças na definição da composição do Conselho.

2.2 Temas de Pauta e encaminhamentos do Conselho

Os conselhos devem atuar na proteção da Unidade de Conservação, buscando a sua integração com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno (*Inciso III Art. 20 Decreto 4.340/2002*), esforçando-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade (*Inciso IV Art. 20 Decreto 4.340/2002*) e propondo diretrizes e ações para integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (*Inciso IX Art. 20 Decreto 4.340/2002*).

Os temas debatidos e trabalhados pelo Conselho e que resultam em recomendações, manifestações formais e deliberações, esta última no caso de Conselhos deliberativos, devem estar dentro da sua competência de atuação (Art. 20 do Decreto 4.340/2002 e Art. 4º da Instrução Normativa 09/2014). Desta forma, os conselhos gestores podem pautar assuntos referentes aos mais diversos temas, tais como: gestão da Unidade de Conservação, Conservação da biodiversidade e assuntos sociais e econômicos dos atores relacionados à Unidade de Conservação, visando a compatibilização, otimização e integração da unidade de conservação com os espaços territoriais do seu entorno. Os temas de pauta podem ou não se relacionam entre si e a forma como esta inter-relação ocorre está apresentada na Figura 2.

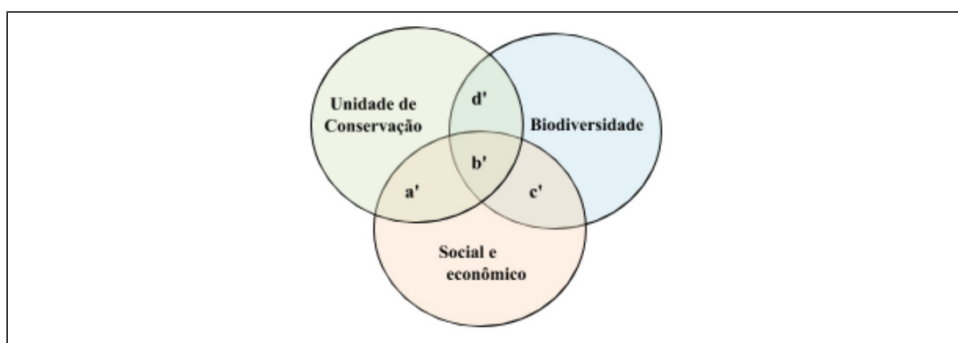


Figura 2 – Temas de pauta do Conselho e sua inter-relação.

Analisando a Figura 2 podemos inferir como os temas em pauta no conselho podem se relacionar. Assuntos referentes à gestão da unidade de conservação podem ou não estar relacionado com questões sociais e econômicas da região de influência da UC (a') ou com a conservação da biodiversidade do seu interior ou entorno (d'). Assuntos de pauta relacionados às demandas sociais e econômicas das comunidades que vivem no seu território de influência (alternativa de renda, melhoria socioproductiva, infraestrutura, saúde, educação, entre outras) são temas recorrentes nas reuniões de conselho. O tratamento de demandas sociais pode ter relação direta com a unidade de conservação (a') ou com a conservação da biodiversidade da região (c'). Existem situações que as questões afetam as três vertentes: biodiversidade, unidade de conservação e social e econômico e na figura 2 esta representado pela intercessão b'. Importante destacar que independente da convergência dos temas (a', b', c', d') e de acordo com as atribuições dos conselhos, estabelecidas pelo Decreto N° 4.340, de 22 de agosto de 2002, pautas relacionadas a esses temas são adequadas para serem acolhidas no Conselho.

2.3 Tomada de Decisão

O funcionamento do Conselho, independente da sua natureza: consultivo ou deliberativo ocorre de forma semelhante, principalmente no que se refere à elaboração da pauta, exposição, debate e discussão dos temas de pauta e a tomada de decisão. A autonomia decisória deste fórum é sua principal característica e considerando as restrições legais, deve ser tratada como fortaleza para implementação e a defesa da unidade de conservação.

Para isso, o processo de decisão deve, quando da exposição, debate e discussão dos assuntos de pauta, considerar a diversidade dos conselheiros, dos diferentes interesses, das culturas e das histórias de vida, sendo importante que a informação seja passada de forma acessível para todos, sendo por meio de processos formativos quando for necessário para a preparação dos atores para o processo de tomada de decisão.

Saber conduzir o processo de tomada de decisão ou votação é crucial para a boa atuação do Conselho. É necessário perceber se o grupo tem informações necessárias e suficientes sobre o tema, assim como conhecimento sobre a legislação que rege as matérias tratadas pelo Conselho, a fim de evitar decisões ilegais (ICMBio, 2015). Também importante é perceber se o grupo está preparado para votar, pois muitas vezes é melhor esgotar o debate e evitar votações tensionadas. O Conselho pode e deve propor alternativas para temas específicos evitando votações acaloradas, já que uma vez votado estabelece o posicionamento do grupo. Decisões mal feitas podem acirrar problemas, desmotivar ou até mesmo desmobilizar o Conselho.

2.4 Plano de Ação

O Conselho deve ser um fórum proativo, com atuação direta no território de influência da UC. Os conselheiros e os diversos setores e as instituições representadas devem atuar junto com o órgão gestor na execução dos encaminhamentos, decisões e proposições do Conselho.

A Instrução Normativa ICMBio 09/2014 trouxe algumas inovações para a gestão dos Conselhos, dentre elas, a obrigatoriedade de elaborar o Plano de Ação que deverá conter as atividades planejadas, a partir das prioridades definidas por seus próprios conselheiros (Art. 25 IN 09/2014), levando em consideração o planejamento da Unidade de Conservação para a definição de suas ações.

O Plano de Ação tem como objetivo estimular o planejamento e priorização de ações que serão implementadas pelo próprio colegiado. Com isso, espera-se que o conselho saia da situação passiva, apenas recebendo informações, cobrando ações e soluções do órgão gestor da Unidade para a situação ativa, apresentando as demandas e vislumbrando em grupo soluções que podem ser executadas pelas diversas instituições conselheiras, considerando o espectro de atuação de cada instituição e setor.

Questão importante de destacar é que execução das ações definidas como prioritárias e constante no seu Plano de Ação, depende do comprometimento dos conselheiros e não só do ICMBio, pois o órgão gestor da unidade de conservação pode ter outras prioridades. A atuação do coletivo fortalece politicamente a área protegida, as ações e as demandas identificadas como prioritárias e ampliar o poder de execução em prol de objetivos pactuados.

A definição de mecanismos de acompanhamento da execução do plano de ação é fundamental para que o Conselho possa atuar no acompanhamento e revisão das suas prioridades, além de promover aprendizado coletivo das dificuldades para a execução das tarefas e ter consciência das conquistas alcançadas. Tendo em vista que um dos grandes desmobilizadores dos conselhos é a falta clareza do seu poder de mudar a realidade, ou seja, de dar encaminhamento as suas demandas e de visualizar conquistas resultantes de seu trabalho. Elaborar um plano de ação factível, monitorá-lo e avaliar no final do mandato, é fundamental para o bom funcionamento desta instância.

2.5 Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho

As Câmaras Temáticas (CT) e Grupos de Trabalho (GT) dinamizam o funcionamento dos Conselhos para além dos espaços das reuniões ordinárias.

A opção de criação destes espaços formais de debate depende da necessidade de cada Conselho. Deve-se analisar e considerar a importância de ter mais tempo para tratar determinado tema quer seja pontual ou recorrente nas pautas das reuniões e que represente interesse para a unidade de conservação.

No dia a dia dos Conselhos há temas e situações que requerem mais tempo para debate ou para levantamento de informações ou mesmo se há dificuldades de encaminhamentos ou construção de consensos. Para esses casos, pode-se optar pela criação de Grupos de Trabalhos ou Câmaras Temáticas, sendo que cada um desses têm objetivos e funcionamentos distintos, a saber: Grupos de Trabalho são temporários e geralmente estão relacionados com atividades ligadas ao planejamento e à execução das ações previstas no Plano de Ação, e as Câmaras Temáticas são permanentes e visam a promover discussões técnicas para subsidiar as decisões do Conselho em assuntos mais complexos. As atribuições desses espaços de construção devem estar previstas no Regimento Interno do Conselho (ICMBio, 2015).

A criação de Câmara Temática (CT) ou de Grupo de Trabalho (GT) pode trazer diferentes benefícios para o funcionamento dos Conselhos, a saber:

- Para os conselhos que se reúnem poucas vezes ao ano, podem promover espaços formais de debate sobre temática específica ou temáticas que dizem respeito à determinada região da UC ou território de influência, promovendo a mobilização e atuação dos conselheiros durante períodos que não tem reunião.

- A atuação do Conselho é favorecida quando há informações precisas para tomar uma decisão, como o conhecimento sobre a legislação que rege as matérias tratadas pelo Conselho, a fim de evitar decisões ilegais (ICMBio, 2015).
- Também é importante que o Conselho estude alternativas para temas específicos. Por isso que, muitas vezes, é preciso formar uma Câmara Temática para estudar um determinado assunto, trazendo melhores elementos para a decisão do Conselho (ICMBio, 2015).
- O trabalho das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho pode, ainda, promover o diálogo direto com setores de governo e da sociedade civil na condução de temas específicos, bem como tratar de conflitos relacionados com a UC, amadurecendo questões que, quando chegarem ao Conselho, possam ser discutidas e encaminhadas de modo mais ágil (ICMBio, 2015).

2.6 Capacitação do Conselho

A efetividade de atuação dos conselhos depende de ações que qualifiquem seu funcionamento, a fim de que: contribuam com a gestão da Unidade de Conservação, atuem para a conservação da biodiversidade e para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e das comunidades que vivem no território de influência das UC.

Para tanto, a capacitação dos conselheiros é necessária para qualificar a sua atuação e deve ser um processo continuado de diálogo e aperfeiçoamento. A temática abordada pode ser indicada pelos próprios conselheiros ou mapeada pelos gestores, identificando temas estratégicos de interesse associados aos objetivos da UC, ou ainda, de forma direcionada, reunindo um setor ou grupo que apresente necessidade específica sobre algum tema. Nesse caso, o processo educativo tem o objetivo de desenvolver competências, habilidades e atitudes para que determinado grupo consiga ampliar a compreensão e aumentar a possibilidade de interação e intervenção junto a outros grupos sociais representados, contribuindo para a efetivação do colegiado como espaço efetivo de participação.

Os momentos de construção do Regimento Interno e Plano de Ação são excelentes oportunidades de capacitação, para que entendam a competência de atuação (Art. 20 do Decreto 4.340/2002 e Art. 4º da Instrução Normativa 09/2014) deste espaço e suas potencialidades de ação no território da unidade de conservação..

Recomenda-se investir na capacitação dos atores com menos força econômica ou política a fim de ampliar a compreensão das questões em jogo, possibilitando dessa forma maior igualdade de condições no processo de participação e de tomada de decisão entre os conselheiros (ICMBio, 2015).

2.7 Documentação, atos e manifestações dos Conselhos Gestores

A publicidade das decisões do conselho é um elemento chave para validar o caráter participativo desta instância. Registrar a documentação das plenárias como atas, listas de

presença e registro fotográfico em processos de implementação dos conselhos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e ainda divulgar no sítio da unidade de conservação na internet são mecanismos administrativos de extrema importância.

A consolidação das decisões e propostas dos conselhos gestores em atos, moções, manifestações e resoluções, no caso de conselhos deliberativos, com a publicidade destes para os membros do conselho e outros atores relacionados com o teor dos documentos, é outra estratégia que dá força para as decisões e encaminhamentos, uma vez que a principal atuação deste fórum é política.

Conhecer e ter ciência dos benefícios da gestão participativa é uma boa forma de promover a qualificação dos conselhos.

O Guia de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2015) apresenta quinze benefícios que a gestão participativa proporciona para tanto para a gestão ambiental pública brasileira quanto para o nível estratégico da gestão das Unidades de Conservação e seu território de influência, conforme listados a seguir:

- Gestão Ambiental Brasileira¹.
1. Confere maior transparência à gestão pública;
 2. Sustentação política e maior efetividade à gestão ambiental;
 3. A gestão participativa educa para a democracia e o exercício da cidadania;
 4. Contribui para uma sociedade mais democrática e participativa;
 5. Amplia a legitimidade das políticas de meio ambiente.

Gestão da Unidade de Conservação

6. Confere suporte ao processo de gestão;
7. Contribui para a integração entre atores envolvidos com a Unidade de Conservação e seu território de influência;
8. Amplia a noção de pertencimento de grupos sociais em relação à Unidade de Conservação;
9. Favorece a construção de laços de confiança entre os atores que atuam no território de influência da Unidade de Conservação;
10. Propicia a construção de entendimentos que atendam os diferentes interesses e que estejam de acordo com os objetivos da Unidade;
11. Favorece maior comprometimento para cumprir decisões tomadas em conjunto;
12. Estimula a divisão das responsabilidades entre os envolvidos na gestão;
13. Promove um processo de aprendizagem social e empoderamento de atores sociais na gestão do território de influência da Unidade de Conservação;
14. Valoriza os diferentes saberes dos envolvidos e melhora a gestão da Unidade de Conservação;
15. Propicia a interação com outros fóruns que atuam com planos e políticas territoriais.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta criar e fazer reuniões regulares, o conselho deve ser um fórum proativo executando ações e promovendo política em todo o território de influência da unidade de conservação. Trabalhando na implementação e fortalecimento da unidade conservação, na conservação da biodiversidade e como polo de desenvolvimento social e econômico da sua região de influência, atuando assim, de acordo com a sua competência estabelecida na legislação.

Para o fortalecimento desse fórum é necessário definir: O que é um conselho de unidade de conservação que funciona? O que o conselho precisa fazer ou quais os resultados necessários para ser entendido como efetivo? A grande diversidade de realidade que as unidades de conservação estão inseridas representa um desafio para esta definição.

Atualmente o ICMBio está apostando em estratégias que qualifiquem o envolvimento dos conselheiros. Entender as competências do conselho e a força do coletivo é fundamental para atuar na direção da sua melhor atuação.

Neste artigo estão apresentados alguns pontos que entendemos ser fundamentais para fortalecer os Conselhos: definição de prioridades e elaboração do plano de ação; conselho como fórum proativo executando ações prioritárias; capacitação para melhor entendimento de sua atuação e competência; a forma de como é feita as tomadas de decisão e encaminhamentos das decisões, o trabalho do conselho para além das reuniões ordinárias através do funcionamento dos grupos de trabalho e câmara temáticas.

Um conselho fortalecido pode contribuir não só com a unidade de conservação, mas também para a melhora da qualidade de vida de toda a região de influência da unidade.

Com toda a complexidade do tema este artigo não tem a intenção de esgotar o debate, e sim de mostrar caminhos para oportunizar um bom funcionamento desses fóruns.

Uma reflexão importante é que se não fosse por meio desse instrumento de gestão provavelmente a unidade de conservação não teria meios de reunir atores importantes para a gestão da unidade de conservação em um mesmo espaço de debate, de construção e de também celebração de conquistas. O conselho é uma boa estratégia para estreitar relações, identificar interesses comuns e estabelecer parcerias.

Existem inúmeros desafios, como a elaboração de um protocolo de funcionamento de Conselhos, o estabelecimento de normas institucionais para o funcionamento integrado de Conselhos de mais de uma unidade de conservação, e a definição de mecanismos de avaliação e qualificação das atividades dos Conselhos. Porém é importante reconhecer os avanços desse instrumento de participação, vista através do percentual de unidades de conservação que contam com conselhos e seu crescente fortalecimento e inserção nas diferentes instâncias que se inter-relacionam com as unidades. Dessa forma, o esforço institucional em qualificar e fortalecer os Conselhos corroboram com a necessidade de constante aperfeiçoamento e fomento às atividades desse mecanismo de participação social fundamental para a gestão das unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S.R. Partnerships online. Reino Unido, 1998. Disponível em: <http://www.partnerships.org.uk/part/arn.htm>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, v. 35, n. 4, p. 216-224, July 1969.

BENEVIDES, M. V. Cidadania ativa. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL, 2016. Portaria nº 53, de 08/08/2016, D.O.U. de 09/08/2016, seção 1, pág. 43, que fixa as metas institucionais globais deste ICMBio.

BRASIL, 2000. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acessado em 12/09/2017.

BRASIL, 2002. Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=374>. Acessado em 12/09/2017.

AGARWAL, B. 2001. Participatory exclusions, community forestry, and gender: An analysis for South Asia and a conceptual framework. *World Dev.* 29(10):1623–1648.

CALANDINO, D. 2016. Influência da Participação social na Conservação da Biodiversidade em Unidades de Conservação Brasileiras. Brasília, 2016. 243p.:il. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília.

GOHN, M.G. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ICMBio, 2017. Painel Dinâmico de Informações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em <https://qv.icmbio.gov.br/>. Acessado em 15/09/2017.

ICMBIO, 2016. Documento Técnico preliminar elaborado pela Assessoria de Gabinete da Presidência do ICMBio. DT nº 1 Versão 2 Abril/2016.

ICMBIO, 2015. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais: um guia para gestores e conselheiros. 2a. edição. 88 p.: il.

ICMBIO, 2014. Instrução Normativa Nº 9, de 5 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.

JELIN, E. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. Lua Nova - Cultura e Política. São Paulo: CEDGE, 1994.

MENDONÇA, F & TALBOT, V., 2014. Participação Social na Gestão de Unidades de Conservação: uma Leitura sobre a Contribuição do Instituto Chico Mendes. *Revista Biodiversidade Brasileira*, 4(1): 211-234, 2014.

MILANI, C. R.S. 2008. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

PERUZZO, C. M. K. Em busca dos objetos de pesquisa em comunicação no Brasil. *Tensões e objetos da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

WWF-Brasil, 2016. Ciclo de gestão de conselhos de unidades de conservação. / WWF- Brasil / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. – Brasília: 51 p. : il.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 68, 126, 127, 128, 129, 131, 132

Alfabetização Digital 173, 174, 175, 176

Alterações 8, 81, 126, 175, 181

Área de Proteção Ambiental 133, 139, 143, 145

B

Biblioteca Escolar 161, 163, 167, 168

Biblioteca Pública 12, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 178

Biblioterapia 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168

Biologia 63, 224

C

Catadores 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125

Competencias Cognoscitivas 224, 230, 232, 235, 237

Conflitos Socioambientais 34, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 62, 63, 64, 77, 79, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Conocimiento 201, 202, 204, 209, 218, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 233, 235, 236, 238

Conselho 38, 43, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 68, 100, 116, 119, 120, 121, 122, 129, 130, 131, 134, 138

Contadores de Histórias 169, 170, 171, 172

D

Design Editorial 239, 241, 243

Dimensões da Sustentabilidade 34, 41, 42, 43, 45

E

Empoderamento Feminino 173

Estratégias 2, 6, 8, 9, 15, 16, 19, 32, 41, 43, 47, 50, 51, 52, 59, 79, 100, 110, 127, 150, 154, 158, 159, 179, 180, 181, 185, 187, 191, 193, 195

Estresse Ocupacional 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Ética Empresarial 109, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 160

F

Funções de Linguagem 239, 240, 241, 243, 244, 249, 250

G

Gestão Participativa 48, 50, 51, 58

I

Instituição Educacional Privada 179

Instituto Ethos 8, 19, 97, 110

J

Justiça Ambiental 42, 62, 63

L

Lago Guaíba 80, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Leitura 53, 60, 64, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 240, 241, 244, 245, 249, 250, 251

Livro Pop-Up 239, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

Lixo 1, 2, 3, 4, 5, 16, 112, 118, 120, 121, 122

M

Mediação 39, 43, 141, 165, 169

Meio Ambiente 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 23, 33, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 58, 80, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 103, 105, 109, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 147, 148

P

Participação Social 48, 49, 50, 52, 59, 60, 61

Poder Público 40, 53, 62, 64, 101, 106, 111, 113, 115, 116, 117, 123, 139, 144

Políticas Públicas 41, 47, 50, 61, 111, 127, 133, 137, 138, 144, 146, 147, 149, 158, 252

Povos e Comunidades Tradicionais 62, 64, 65, 68, 69

Práticas Sustentáveis 6, 7

Professores Ensino Superior 179

Protagonismo Jovem 173

Q

Quilombos 62, 63, 64, 65, 66, 76, 78, 79

R

Racionalidade Ambiental 34, 41, 42, 44, 45, 46

Recursos Hídricos 12, 80, 81, 83, 85, 88, 89, 93, 96, 105

Reflorestamento 15, 80

Resíduos Sólidos 16, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125

Responsabilidade Social 4, 5, 9, 18, 19, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160

Responsabilidade Socioambiental 18, 94, 109

S

Samarco S.A 94, 95

Semiose 239, 241

Shopping Centers 6, 7, 8, 11, 12, 15, 17, 20

Solução Alternativa do Conflito de Interesses 34, 36

Sustentabilidade 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 18, 19, 20, 34, 41, 42, 43, 45, 46, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 130, 131, 133, 139, 143, 148, 158

T

Transformação Social 19, 108, 173

U

Unidades de Conservação 32, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 77, 78, 90, 133, 134, 135, 139, 144, 145, 148

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas:

Organizações, Inovações e Sustentabilidade

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 